



PREJULGADO DE TESE Nº 006, de 08 de maio de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.483

Processo nº 201307124-00

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA TIPO MENOR PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. AROVAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS. APRECIACÃO COM BASE NO ART. 299, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TCM (ATO N.º 16/2013)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a proposta de Resolução apresentada, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às **fls. 04-07**, e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Por força do previsto no art. 114, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se em PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **08 de maio de 2014**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros Daniel Lavareda, Cezar Colares, Antônio José Guimarães, Sérgio Leão e Procuradora Maria Inez Gueiros. Convocada a Auditora Márcia Costa para composição de quorum.



Publicado no D.O.E. Nº 32.649
de 26.05.14 à Pg. 16
do 9.º Caderno.

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

NO
UL

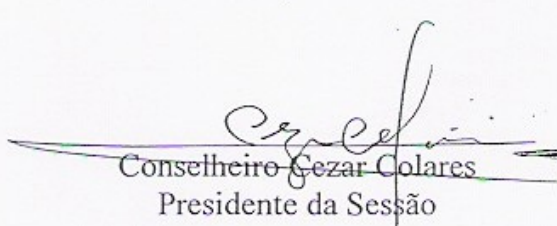
RESOLUÇÃO Nº 11.483

Processo : 201307124-00
Origem : Prefeitura Municipal de Castanhal
Assunto : Consulta
Responsável : Paulo Sérgio Rodrigues Titan
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: P.M. de Castanhal. Consulta sobre procedimento licitatório, Concorrência Pública tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na veiculação de publicidade e propaganda. Pela regularidade.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em orientar o consulente que caso pretenda realizar contratação de agência de publicidade tão somente para veiculação de publicidade e propaganda, terá de fazê-lo mediante licitação na modalidade respectiva ao valor orçado, adotando obrigatoriamente o tipo “técnica” ou “técnica e preço”.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 08 de Maio de 2014.


Conselheiro Cezar Colares
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Antônio José, Sérgio Leão, Auditora Convocada Márcia Costa e a Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

11 - 483

PROCESSO Nº : 201307124-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
INTERESSADO : PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN
INSTRUÇÃO : DAM

RELATÓRIO

PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN, Prefeito Municipal de Castanhal, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 01) a esta Corte de Contas em 17/05/2013, com amparo no art. 1º, inciso XVI, da Lei Complementar nº 084/2012, onde suscita o seguinte questionamento:

- Possibilidade de instrução e realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada (agência publicitária) na veiculação de publicidade e propaganda para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Castanhal na modalidade Concorrência do tipo menor preço, observadas as regras da lei nº 12.232/10 e Lei nº 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis?

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei ao DAM a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi tempestivamente elaborada e juntada aos autos, via Parecer nº 06/2014 (fls. 05/08), que torno parte integrante do presente relatório:

PARECER

O Consulente tenciona saber se é possível a realização de processo licitatório na modalidade Concorrência Pública no tipo menor preço para contratação de agência de publicidade especializada na veiculação de publicidade e propaganda para atender as necessidades da Prefeitura, observadas as regras da Lei Federal nº 12.232/2010, Lei nº 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis, restringindo seu questionamento em tópico final, à "realização de procedimento licitatório apenas para veiculação (...) pela redução de custos, uma vez que criação e produção necessitam de investimento maior, dotação não contemplada no orçamento do município." (grifamos)

As normas gerais para licitação e contratação pela Administração Pública de serviços de publicidade está disciplinada na Lei Federal 12.232/2010, que dispõe:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratações pela administração pública de serviços de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Referido diploma legal define serviços de publicidade:

"o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5º CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

11 - 483

PROCESSO Nº : 201307124-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
INTERESSADO : PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN
INSTRUÇÃO : DAM

natureza, difundir ideias ou informar o público em geral (art. 2º)

Da inteligência das normas legais supratranscritas, extrai-se:

a) que o objetivo da contratação dos serviços de publicidade deve ser, promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral;
b) os serviços de publicidade serão prestados necessariamente por agência de propaganda¹;

c) que as atividades das agências estejam disciplinadas pela Lei nº.4.680/95, que regulamenta o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda;

d) que só é possível a contratação de agências que detenham certificação de qualificação técnica de funcionamento;

e) as licitações serão realizadas nas modalidades respectivas ao valor do objeto, na forma da Lei nº 8.666/93;

f) em qualquer modalidade sendo obrigatória a adoção dos tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço". (art; 5º)²

A exigência legal da adoção dos tipos de licitação de "melhor técnica" ou "técnica e preço", a despeito da modalidade a ser realizada encontra justificativa na Lei nº 4.680/65 que define agência de propaganda como uma pessoa jurídica especializada na arte e técnica publicitária, senão vejamos:

Art. 3º A Agência de Propaganda é pessoa jurídica, especializada na arte e técnica publicitária, que, através de especialistas, estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de produtos e serviços, difundir ideias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições colocadas a serviço desse mesmo público." (grifamos)

Com efeito, ainda que o consulente pretenda realizar contratação de agência de publicidade tão somente para veiculação de publicidade e propaganda, que inclusive não esclarece quem as realizaria, terá que fazê-lo mediante licitação na modalidade respectiva ao valor orçado, adotando obrigatoriamente o tipo "técnica" ou "técnica e preço", em cumprimento à Lei nº 12.232/10, que rege a matéria.

É o parecer, s.m.j.

Belém, 11 de abril 2014.

JOSÉ MARIA CAMPOS DA GAMA
DAM

É o relatório.

¹ Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratações pela administração pública de serviços de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

² Art. 5º - As licitações previstas nesta lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da lei nº 8.666/93, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço". (grifamos)



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

111-448833
PROCESSO Nº : 201307124-00
ASSUNTO : CONSULTA
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
INTERESSADO : PAULO SÉRGIO RODRIGUES TITAN
INSTRUÇÃO : DAM

VOTO

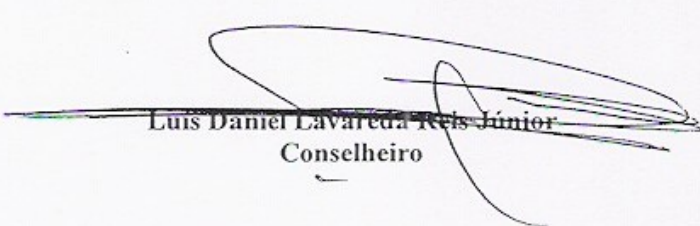
Preliminarmente, cumpre analisar a regularidade da presente consulta, integral a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada em tese por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

Acompanho, na integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer nº 06/2014/DAM/TCM**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, o seguinte detalhamento:

- Que caso o consulente pretenda realizar contratação de agência de publicidade tão somente para veiculação de publicidade e propaganda, terá que fazê-lo mediante licitação na modalidade respectiva ao valor orçado, adotando obrigatoriamente o tipo “técnica” ou “técnica e preço”, em cumprimento à Lei nº 12.232/10, que rege a matéria.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 08 de maio de 2014.


Luis Daniel Lavareda Reis Júnior
Conselheiro